

BB apresenta proposta insuficiente em audiência sobre extinção de caixa executivo

Aconteceu na manhã da sexta-feira (10/11) a audiência de conciliação entre o Banco do Brasil e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). A entidade, que representa os trabalhadores do sistema financeiro, foi atendida pela Justiça, ainda em 2021, com uma liminar que impede até hoje que o BB prossiga com o plano de extinguir a função de caixa.



No encontro, que aconteceu na 16ª Vara do Trabalho de Brasília, o banco não apresentou proposta que proteja os trabalhadores. “Para chegar a uma conciliação, a juíza indicou que o BB deveria apresentar uma proposta de incorporação da gratificação aos caixas que exercem a função há mais de 10 anos, tendo como marco temporal a Reforma Trabalhista de novembro de 2017. Para os demais caixas, que exercem a função há menos de 10 anos, teria que haver proposta de transição de carreira que, nas palavras da juíza, protegesse também esses funcionários”, explicou a assessora jurídica da Contraf-CUT, Renata Cabral, sócia do escritório Crivelli Advogados.

Na audiência, o BB disse ainda que não é possível a incorporação da gratificação de caixas. E, diante de muita discussão com os representantes dos trabalhadores e trabalhadoras, afirmou que poderia se comprometer com esforços de recolocação dos empregados que atuam como caixas, além de garantir a gratificação por 18 meses, e não mais por 12 meses (como havia apresentado anteriormente).

Renata Cabral destacou que, como a resposta do banco foi insatisfatória aos trabalhadores, “considerando especialmente a questão de não avanço em relação à incorporação definitiva da gratificação de caixa para aqueles que a recebem há mais de dez anos, a juíza encerrou a audiência”.

O próximo passo será o julgamento, em data que ainda será marcada, quando a magistrada irá proferir a sentença sobre o caso. “Quando a sentença for proferida, seremos intimados. Se o pedido for procedente, ou seja, favorável aos trabalhadores, corroborando a liminar vigente que obtivemos, as coisas seguirão como estão e o banco terá um prazo para apresentar recurso”, destacou a advogada. “Caso a juíza julgue improcedente o pedido dos trabalhadores, obviamente a liminar cairá e nós teremos prazo para entrar também com recurso”, completou.

Cartilha ajuda a entender reforma tributária

A Contraf-CUT produziu uma cartilha ilustrada sobre a reforma tributária para ajudar no entendimento do que é, para que serve, quais as propostas estão em discussão e como cada uma delas pode afetar o dia a dia da sociedade.

Com linguagem simples e didática, a cartilha visa a ampliação do debate sobre a reforma tributária junto às bases do movimento sindical e popular em todo o país, com difusão de propostas que reduzam a desigualdade social e econômica do Brasil.

O material, que pode ser reproduzido livremente, desde que mantidos os créditos da fonte e o conteúdo, está disponível no nosso site.